
XI Revista do CEPEJ

Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade
de Direito da Universidade Federal da Bahia



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO

XI Revista do CEPEJ

Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade
de Direito da Universidade Federal da Bahia

Salvador-Ba

2009

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JURÍDICAS DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade de seus autores. Os originais não serão devolvidos, embora não publicados. Os artigos são divulgados no idioma original ou traduzidos.

Tiragem: 150 exemplares.

Distribuição: Todo o Território Nacional

Revista do CEPEJ, v.1 – 1988. - Salvador: Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia - CEPEJ, 2009

336 f.

v. 11

Semestral

ISSN 1981-6758

1.Direito – Periódico

CDD 340.05

CEPEJ

DIRETORIA

Presidente: Carolina Grant Pereira

Vice-Presidente: Juliano Augusto Pie Brotto

1ª Secretária: Mariana Tourinho Stolze Matos

2º Secretário: Efsen Batista Lima

Tesoureiro: Carlos Augusto Medeiros Nunes Júnior

MEMBROS

Augusto Reis Souza

Claiz Maria Pereira Gunça dos Santos

Clarissa Rohenkohl E. Santos

Fernando Carlos O. Silva

Fernando Nunes de Miranda

Filipe Ramos Uaquim

Francisco José Portela Neto

Juliana Aguiar Cunha

Max da Silva Bandeira

Ruy Florêncio Teixeira Júnior

Samira Oliveira Noronha

Silas Oliveira de Lima

Yves West Behrens

XI REVISTA DO CEPEJ

-
- COORDENADORES**
- Maria Auxiliadora Minahim
 - Paulo Roberto Lyrio Pimenta
 - Roxana Cardoso Brasileiro Borges
-

AUTORES

- Corpo docente**
- Paulo Roberto Lyrio Pimenta
 - Roxana Cardoso Brasileiro Borges
-

- Corpo discente**
- Carolina Grant*
 - Cássio Frederico Gonçalves e Marinho Pereira*
 - Clarissa Magaldi
 - Daniel Melo Garcia
 - Daniel Oitaven Pamponet Miguel
 - Emily S. A. Vasconcelos / Igor Lúcio D. A. Caldas
 - Fernando Carlos Oliveira Silva
 - Guilherme D. Bastos / Gabriel D. Dias*
 - Juliana Brito Maia / Bruno Gomes Bahia
 - Lucas Couto Bezerra
 - Marcus Seixas Souza
 - Misael Neto Bispo da França
 - Mônica Nunes Andrade
 - Rafael Barbosa
-

* Artigos corrigidos pelo Conselho Editorial da X Revista

- Bacharéis em Direito**
- Flávia de Macêdo Nolasco
 - Luane Rodrigues Bomfim
 - Verena Sapucaia da Silveira
-

- COMISSÃO ORGANIZADORA**
- Augusto Reis Souza
 - Carolina Grant Pereira
 - Efon Batista Lima
 - Fernando Carlos O. Silva
 - Filipe Ramos Uaquim
 - Francisco José Portela Neto
 - Max da Silva Bandeira
-

- CORPO TÉCNICO**
- Ramanita Albuquerque
 - Simone Guimarães
-

SUMÁRIO

Nota da Presidente	17
Prólogo	19

ARTIGOS DO CORPO DOCENTE

Capítulo I

A eficácia das normas constitucionais programáticas da Constituição Federal de 1988 em seu vigésimo aniversário: os avanços da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	23
<i>Paulo Roberto Lyrio Pimenta</i>	
1. Introdução	23
2. Eficácia das regras jurídicas	24
3. A eficácia do fato jurídico	26
4. A eficácia das normas programáticas: controvérsia doutrinária	28
4.1 A doutrina clássica	28
4.2 A doutrina moderna	29
5. A eficácia das normas programáticas da Constituição Federal de 1988.	31
5.1 A evolução da jurisprudência do STF	31
5.2 A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	33
6. Conclusões	34
7. Referências bibliográficas	35

Capítulo II

O Código Civil e o Direito da Personalidade	37
<i>Roxana Cardoso Brasileiro Borges</i>	
1. Introdução	37
2. O sistema jurídico, o subsistema civil e o microsistema do Direito da Personalidade	38
3. Breve histórico do microsistema do Direito da Personalidade	41
4. Objeto do microsistema do Direito da Personalidade	44
5. Taxonomia no microsistema do Direito da Personalidade	45
6. Características das espécies do Direito da Personalidade	47
7. Metodologia e extensão do microsistema do Direito da Personalidade ...	50
7.1 Cláusula geral ou direitos especiais?	50
7.2 Liberdade negativa ou liberdade positiva?	53
7.3 Direito público ou direito privado?	55

8. Responsabilidade civil e o Direito da Personalidade	58
9. A tutela processual no microsistema do Direito da Personalidade	60
10. Conclusão	61
11. Referências Bibliográficas.....	62

ARTIGOS DO CORPO DISCENTE

Capítulo I

O novo papel dos Tribunais de Contas	67
<i>Bruno Gomes Bahia e Juliana Brito Maia</i>	
1. Introdução.....	67
2. Do tribunal de contas.....	69
3. Autonomia financeira municipal e estadual	73
4. Análise do artigo 31 e seus parágrafos.....	75
5. O novo papel dos tribunais de contas.....	77
6. Referências bibliográficas	81

Capítulo II

Famílias contemporâneas: O reconhecimento legal e a legitimação social da união estável homoafetiva, como entidade familiar, e a possibilidade de adoção nesse contexto.	83
<i>Carolina Grant</i>	
1. Introdução	83
2. A evolução histórica da concepção de família.....	85
3. A “repersonalização” das relações civis e o primado do afeto.....	86
4. A possibilidade da união estável homoafetiva	88
5. A prerrogativa da adoção.....	90
6. Conclusão	91
7. Referências bibliográficas	96

Capítulo III

O interesse público e a intervenção ministerial.....	99
<i>Clarissa Nilo de Magaldi</i>	
1. Introdução.....	99
2. Contextualização histórica do surgimento do Ministério Público.....	100
2.1 O Ministério Público no Brasil	100
3. A atuação do Ministério Público	101
3.1 A Intervenção Ministerial.....	101
4. O interesse público primário como limite à intervenção do <i>parquet</i>	102
5. Conclusões.....	104
6. Referências bibliográficas:.....	105

Capítulo IV

A boa-fé objetiva na visão de Karl Larenz	107
<i>Cássio Frederico Gonçalves e Marinho Pereira</i>	
1. Introdução	107
2. A Leitura de Larenz da Cláusula Geral da Boa-Fé Objetiva	110
3. A Exigência Geral de Justiça Consubstanciada nos Princípios	110
4. O Conteúdo Axiológico do Princípio do <i>Treu und Glauben</i>	113
5. Os Parâmetros Remanescentes	115
6. Dois Parâmetros Subsidiários	121
7. Os “Grupos de Casos”	124

Capítulo V**Abortamento, uma realidade social:**

Abordando juridicamente aspectos históricos, econômicos e sociais para a possibilidade de desjurisdicionalização e a descaracterização do aborto como prática delitiva	129
---	-----

Daniel Melo Garcia

1. Aspectos introdutórios	129
2. Breve esboço histórico	131
3. Questões controvertidas	132
4. Aborto anencefálico	134
5. Métodos contraceptivos?	135
6. Projetos de lei	136
7. Prisma sociológico	136
8. Dados estatísticos	137
9. Legalizar?	138
10. Conclusão	139
11. Referências bibliográficas	139

Capítulo VI**O não-atendimento deliberado ao recall:**

Culpa exclusiva da vítima?	141
---	-----

Daniel Oitaven Pamponet Miguel

1. Introdução	142
2. Pressupostos teóricos	142
2.1 A excludente legal do artigo 12, §3º, III do CDC	143
3. Delineamento do problema	145
3.1 Da distinção entre responsabilidade subjetiva e objetiva	145
3.2 A inversão legal do ônus da prova prevista no artigo 12, §3º, do CDC	146
4. Da (inadmissível) tese da culpa concorrente entre fornecedor e consumidor	147

4.1	<i>Recall</i> e aferição de responsabilidade subjetiva do fornecedor e do consumidor: análise concreta do elemento culpa.....	148
5.	Da (admissível, de certa forma) tese da interrupção do nexo causal	150
6.	Conclusão	151
7.	Referências bibliográficas	152

Capítulo VII

Mérito no processo cautelar: discussão acerca das condições da ação e do mérito na Ação Cautelar

Emily Santiago Andrade Vasconcelos

Igor Lúcio Dantas Araújo Caldas

1.	Introdução.....	153
2.	Conceito de Ação Cautelar.....	154
3.	Objeto da Ação Cautelar.....	154
4.	Condições de admissibilidade da ação cautelar	155
4.1	Possibilidade jurídica do pedido no processo cautelar.....	156
4.2	Interesse de agir na ação cautelar.....	157
4.3	Legitimidade <i>ad causam</i> na ação cautelar	157
5.	Diferenciação entre condições da ação e mérito no processo cautelar ..	158
6.	Mérito da Ação Cautelar.....	159
6.1	<i>Fumus boni iuris</i>	160
6.2	<i>Periculum in mora</i>	161
6.2.1Avaliação objetiva do periculum in mora	162
6.3	O mérito em “stricto sensu”	162
7.	Conclusão	163
8.	Referências bibliográficas	164

Capítulo VIII

O postulado da proporcionalidade na teoria normativa de Humberto Ávila.....

Fernando Carlos Oliveira Silva

1.	O postulado da proporcionalidade.....	165
1.1	Definição do tema.....	165
1.2	Os exames inerentes à proporcionalidade	166
1.2.1	O exame da adequação.....	166
1.2.2	O exame da exigibilidade.....	166
1.2.3	O exame da proporcionalidade e	167
1.3	Breve histórico e casos paradigmáticos	168
2.	Natureza jurídica da proporcionalidade: postulado ou princípio?.....	170
3.	A proporcionalidade na teoria normativa de Humberto Ávila	171
3.1	A teoria normativa de Humberto Ávila.....	171
3.2	Diferenças entre proporcionalidade, razoabilidade, concordância prática e proibição de excesso	172
3.3	A eficácia jurídica da proporcionalidade ou sua aplicação prática	173

4. Conclusões.....	174
5. Referências bibliográficas	174

Capítulo IX

A redução da maioria penal à luz do princípio da dignidade da pessoa humana	177
--	------------

Guilherme Dourado Bastos

Gabriel Dourado Dias

1. Introdução.....	177
2. Princípios constitucionais.....	178
3. O princípio da dignidade da pessoa humana	181
4. Regime jurídico da tutela do menor no Brasil.....	187
5. O problema da (in) constitucionalidade de redução da maioria penal	190
6. Conclusão	195
7. Referências bibliográficas	196

Capítulo X

Do escritório a Chernobyl: Responsabilidade civil do empregador sobre acidentes de trabalho em atividades de risco.....	199
--	------------

Lucas Couto Bezerra

1. Introdução.....	199
2. Aspectos apriorísticos.....	200
3. Bases normativas e controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais.....	204
4. Tracejando críticas.....	209
5. Conclusão	211
6. Referências bibliográficas	212

Capítulo XI

A ação popular em Roma e no Brasil	213
---	------------

Marcus Seixas Souza

1. Introdução.....	213
2. Ação popular em roma	215
3. Ação popular no brasil	220
4. Ação civil pública.....	223
5. Considerações finais	225
6. Referências bibliográficas	226

Capítulo XII

Dia dois de fevereiro: sincretismo jurídico da terra ao mar	227
--	------------

Misael Neto Bispo da França

1. Introdução.....	227
--------------------	-----

2.	Súmula com efeito vinculante – pretensões	228
3.	Acepções do sigilo no sistema de investigação preliminar	229
4.	Ampla defesa e inquérito policial – (in) compatibilidades.....	235
4.1	A defesa técnica e o reconhecimento da sua imprescindibilidade, nos termos da súmula vinculante nº.14	235
4.2	Homenagem do Supremo Tribunal Federal à autodefesa	236
5.	Dos vícios na súmula vinculante nº.14.....	237
5.1	O estreitamento do rol de elementos que podem vir ao saber do defensor	237
5.2	Imprensa x inquérito policial – omissão incompreensível do STF ..	240
6.	Conclusão	242
7.	Referências bibliográficas	242

Capítulo XIII

Contribuições previdenciárias. (Im)prescritíveis?	245
--	-----

Mônica Nunes Andrade

1.	Introdução.....	245
2.	Prescrição e decadência.....	246
3.	Natureza jurídica das contribuições previdenciárias	247
4.	Finalidade das contribuições previdenciárias.....	249
5.	A repercussão das contribuições previdenciárias	252
6.	Da imprescritibilidade	253
6.1	Conflito de princípios.....	254
6.2	A justiça do trabalho	257
7.	Conclusão	259
8.	Referências bibliográficas	260

Capítulo XIV

Argumentação moral e direitos naturais:

o caso de John Locke e do liberalismo radical	263
--	-----

Rafael Barbosa

1.	Introdução.....	263
2.	O liberalismo com o Estado	264
3.	História e doutrina	266
4.	Os dois Tratados e os direitos naturais	267
4.1	O Estado de Natureza.....	267
4.2	O direito de resistência e o contrato (pacto) social do consentimento	270
4.3	Propriedade: fundamentos e evolução	270
4.4	O contrato social, a sociedade política e a liberdade	271
5.	O liberalismo contra o Estado	272
6.	Considerações nada finais	274
7.	Referências bibliográficas	274

ARTIGOS DOS BACHARÉIS

Capítulo I

Por que justificar o direito de punir?	279
<i>Flávia de Macêdo Nolasco</i>	
1. Introdução.....	279
2. O direito penal ainda é legítimável?.....	282
3. O direito penal como limite à atuação estatal.....	285
4. A importância da função da pena na legitimação penal	288
5. Conclusão	292
6. Referências bibliográficas	293

Capítulo II

Eutanásia: questões éticas e jurídico-penais relevantes	295
<i>Luane Rodrigues Bomfim</i>	
1. Introdução.....	295
2. Conceito de eutanásia e suas classificações	297
2.1 Outros conceitos relacionados: ortotanásia, distanásia, mistanásia e suicídio assistido.....	299
3. Prolongamento artificial: até quando prolongar a vida?	303
3.1 O Direito à vida e a noção de vida digna	304
3.2 A vontade do paciente sob o viés do princípio da autonomia.....	305
4. A posição do direito brasileiro vigente.....	309
5. Breve análise acerca da ortotanásia	312
6. Referências bibliográficas	314

Capítulo III

Aplicabilidade da arbitragem nas relações trabalhistas	317
<i>Verena Sapucaia da Silveira</i>	
1. Introdução.....	317
2. Vantagens da utilização da arbitragem	318
3. A renúncia no direito do trabalho	320
3.1 Do tempo em que se opera a renúncia	321
3.2 Da condição pessoal do trabalhador.....	324
3.3 Da interveniência do sindicato	324
4. Aplicabilidade da arbitragem nas relações trabalhistas.....	325
4.1 Nos conflitos coletivos de trabalho	325
4.2 Nos conflitos individuais do trabalho.....	327
5. Considerações finais	329
6. Referências bibliográficas	332

